

O TERRITÓRIO, O PODER E O REIVINDICADO ESTADO DO CARAJÁS

THE TERRITORY, POWER AND THE CLAIMED STATE OF CARAJÁS

Francisco de A. S. Nascimento¹

Resumo

Este artigo é sobre o território e poder no reivindicado estado do Carajás, no sudeste do estado do Pará. O objetivo é analisar o território o (poder) e os pressupostos para a reivindicação do estado do Carajás. O trabalho baseia-se no materialismo dialético, com abordagem qualitativa, sustentado por pesquisa bibliográfica, em autores que discutem território, o poder e a Amazônia. Entende-se que a criação do reivindicado estado do Carajás é o resultado do processo de territorialização da Amazônia Oriental, desde as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro na década de 1970. Desde essa década, gerou-se a disputa de poder político/econômico no território de influência de Marabá, atualmente, se extrapolou, e, se reflete entre a oligarquia da região interiorana e da área metropolitana da capital paraense.

Palavras-chave: território — poder — Carajás — conceito geográfico

Abstract

This article is about territory and power in the claimed state of Carajás, in the southeast of the state of Pará. The objective is to analyze the territory of the (power) and the assumptions for the claim of the Carajás state. The work is based on dialectical materialism, with a qualitative approach, sustained by bibliographic research, in authors who discuss territory, power, and the Amazon. It understood that the creation of the claimed Carajás state is the result of the process of territorialization of the Eastern Amazon, since the public politics developed by the Brazilian State in the 1970s. Since this decade, a political/economic power dispute generated in the territory of influence of Marabá, currently extrapolated, and reflected between the oligarchy of the inland region and the metropolitan area of the capital of Pará.

Keywords: territory — power — Carajás — geographic concept

1 INTRODUÇÃO

O sudeste do estado do Pará desde o final dos anos de 1970 vem passando por transformações em seu espaço, tendo sido promovida pelo Estado alterações na dinâmica territorial, o qual foi realizado investimentos na economia (agropecuária e

¹ Professor da rede pública do estado do Tocantins - Mestre em Geografia pela UFT (Campus Porto Nacional) fgeoto@hotmail.com

mineração). Com isso, foram atraídos imigrantes das demais regiões do País, que contribuíram com o processo de apropriação do território e se modificou as relações de poder regional, e o reflexo é a ideia de criação de um novo estado federado.

Com isso, o presente artigo trata da discussão sobre território e poder no reivindicado estado do Carajás no sudeste do estado do Pará. Esse teve processo eleitoral para a divisão territorial através de plebiscito em 2011, com a não aprovação, decidida pela maior parte da população paraense residente na região metropolitana da capital Belém.

Como objetivo da pesquisa escolheu-se analisar o território e o poder no reivindicado estado do Carajás. Com isso os objetivos específicos delineiam-se por: discussões sobre território; b) examinar a respeito do poder; c) analisar a apropriação do território do sudeste paraense.

Essa região sudeste do Pará tem em seu território uma identidade própria, dizem os reivindicadores, e que possui diversos problemas sociais/econômicos, que poderiam ser resolvidos com um novo estado federado. Será que seriam realmente resolvidos com o novo estado os problemas? A quem interessa um novo estado federado no território brasileiro?

Hipoteticamente a criação do reivindicado estado do Carajás pode firmar território de poder dos que almejam o novo estado, em detrimento das disputas políticas/econômicas recorrentes entre a oligarquia da região interiorana e da área metropolitana da capital paraense.

Por conseguinte, para se atingir os objetivos e responder os problemas, a pesquisa baseia-se teoricamente no método materialista dialético. Apoiou-se também na abordagem qualitativa, valendo-se de (levantamento bibliográfico) pesquisa teórica, em autores que tratam do tema território, a saber: Raffestin (1993) e Santos (1998; 2007), Andrade (1989; 2004) e Santos & Silveira (2008), além de pesquisadores que escreveram/escrevem sobre a Amazônia e seu processo de apropriação territorial no sudeste do Pará, através de Coelho (2008) e Palheta Silva (2004).

Acrescenta-se que esse artigo é importante porque discute o território e as relações de poder conforme a conjuntura (econômica, política e social), estabelecidos no território. Além de promover discussões sobre (re) divisão territorial no Brasil, fruto das relações de poder, tema recorrente na sociedade local e regional e com custos na escala nacional quando aprovado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desse trabalho parte da análise sobre território e poder e a territorialização do reivindicado estado do Carajás.

Define-se que o território é construído a partir de relações de poder. Salienta-se que Raffesttin (1993) menciona Ratzel como o percussor do território, que o caracterizou a partir da ideia de poder do Estado (*controle do território*). O território que a princípio surgiu no intuito de justificar/formalizar/concretizar o poder do Estado, vem com o tempo sendo repensado em outras dimensões. A partir de uma conjuntura que não se refere apenas à geopolítica clássica de Ratzel. Pois, vai além, tem a ver com fatores econômicos, políticos e sociais inerentes às relações estabelecidas no espaço.

Conforme Raffestin (1993) espaço e território não são “termos equivalentes”, o segundo se forma a partir do primeiro. Assim:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação. (p. 143–144).

Desse modo, o espaço é anterior ao território, quando ele é apropriado em sua materialidade prima facilita as relações de poder, definido com o trabalho inserido. Nisso a construção do território é uma produção da sociedade, em que os sujeitos sociais são os protagonistas dos resultados adicionados ao espaço.

Milton Santos e Maria Laura Silveira (2008, p. 19) escreveram que “território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado”. Portanto, trata-se de uma construção da morada do homem. Com isso, as suas relações no território promovem a reconstrução do espaço, e assim, constrói-se o território usado.

Quando o homem constrói as condições para sua vida, ele efetua desde o trabalho a ação modificadora do espaço, cria relações de identidade (pertencimento), produz o território. Segundo (SANTOS, 2007, p. 14) a construção do território faz-se pelo “fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Por conseguinte, entre uma das premissas territoriais é o poder, esse se apresenta por símbolos, definido numa relação determinada entre os sujeitos do

território, ou seja, necessita ser acreditado/aceito pela população, essa é a que dá sustentação ao poder vigente no território.

Simbologicamente o poder prega a marca de sua presença, construído pela força do trabalho, quando “se produz e reproduz a crença na legitimidade dos que pronunciam” Bourdie (1998 p. 15). Entre os elementos simbólicos há a cultura, que contribui para a construção da indenidade territorial, essa (cria a ideia de pertencimento ao território) e a economia, é o elemento da sobrevivência que a depender de sua força positiva a sociedade, contribui para legitimar o poder.

[...] o poder simbólico não reside nos sistemas símbolos em forma de força, mas em relação determinada entre os que exercem o poder que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIE, 1998, p. 15).

A população é o elemento principal do território, com ela se inicia e reproduz-se a crença simbólica do poder territorial. Esse para ser contínuo precisa da aceitação da sociedade, sem aprovação, a existência do poder é admitida pela (força e energia), o que representação da arbitrariedade, tendo em vista o possível desequilíbrio de força e energia.

Os símbolos (econômicos, sociais, políticos) são, portanto, as representações de poder no território, as marcas. A sustentação do poder é simbologicamente frágil, basta sofrer mudanças nas relações territoriais e reorganizar a estrutura social e econômica que se apresentam novos sujeitos políticos com poder no território.

Em relação ao processo de apropriação do espaço do sudeste paraense, o território usado pela antiga elite política e econômica que vivia da exploração da castanha do Pará. Essa perdeu simbologicamente o poder territorial. A perda foi para a sociedade formada desde a imigração incentivada pelo Estado brasileiro, que agora se sustenta com a economia gerada pela mineração, agropecuária e o comércio/serviço.

Ainda sobre o sudeste paraense verifica-se de acordo com Palheta da Silva (2004) que a história econômica e política de Marabá, a cidade mais importante do sudeste paraense. Nela as relações de poder existentes nesse município, antes da implantação dos projetos desenvolvimentistas estava sob a tutela de uma elite política e econômica que sustentava seu poder a partir da exploração da Castanha-do-Pará. Com os projetos desenvolvimentistas o jogo mudou, configurando novos sujeitos em torno do poder local, e que alterou a dinâmica regional.

Então, o panorama criado em torno das políticas territoriais na Amazônia trouxeram consequências que mudaram as relações de poder na região sudeste do Pará. Coelho (2008) analisou a dinâmica proporcionada pelos negócios inerentes a CVRD, que culminou com (uma nova elite política e econômica que se apropriou do território e deseja o poder). Entende-se que a partir disso, idealiza-se a redivisão territorial, com a criação do estado do Carajás.

Nesse invólucro que dimensiona as características do território, a *tessitura, nó e rede*. Foram construídas rodovias, a hidrelétrica de Tucuruí, o Polo Mineral de Carajás, a ferrovia (Carajás-Itaqui) os conflitos no campo e nas cidades, construídos por meio da produção e reprodução do capital. Com isso foi possível realizar a integração e a coesão no território.

Portanto, para haver o território deve possuir uma organização territorial, capaz de dimensionar as relações existentes. Cujo objetivo é o de sustentar a vida, para ele ser reconhecido, tanto pelos sujeitos sociais que nele vivem, como para que assim seja possível fomentar sua força nas mais variadas dimensões a que ele pode exercer.

Por conseguinte, o conjunto estrutural formador do território, as (complexidades sociais) do poder, “exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes” Raffestin (1993, p. 154). Destacam-se as dimensões que para este trabalho são primordiais para se entender a formação do território de Carajás, as relações de poder econômico, político e social, produzidos no território e que emergiu a ideia do novo estado a partir da redivisão territorial do estado do Pará.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Considera-se que o método seja o caminho para se chegar aos objetivos pretendidos, apoiado pelos procedimentos de pesquisa. O método é “instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este faz uma leitura dessa realidade e estabelece verdades científicas para a sua interpretação” (SPOSITO, p. 23, 2004).

Com a escolha do método, a orientação seguiu os caminhos da ciência, o qual se direciona aos resultados pretendidos, através da sustentação e/ou delineamento do diálogo histórico materialista, portanto, a teoria do materialismo dialético. “O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de

buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Segundo Thalheimer (1979) desde o materialismo dialético são possíveis as análises das relações gerais que existem tanto na natureza como na História e no pensamento. Essa teoria permite andar pelos caminhos das relações gerais, da reciprocidade e no movimento.

Com o método escolhido, tem-se a abordagem qualitativa para construção da pesquisa. Através desse questionamento, segundo Triviños (1987) segue-se a ordem histórico-cultural e dialética, que busca as causas da existência dos fenômenos, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças, e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana.

“... pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, dos processos, e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO *et al*, 1994, p. 22).

Com a abordagem qualitativa conduziu-se pela pesquisa explicativa, que objetivou “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 45). Assim, a partir da pesquisa (teórica) bibliográfica construiu-se o arcabouço do artigo.

Nos referenciais bibliográficos pesquisados procurou-se a essência do que é o território, o poder e a conjuntura em torno da apropriação do território do sudeste paraense, consigo entender a ideia de criação do estado do Carajás.

Então, construiu-se a pesquisa com base nos trabalhos de Raffestin (1993), Santos (1998; 2007; 2008) e Andrade (1989; 2004) para se chegar aos conceitos de território, e, em relação ao poder a base foi Bourdie (1989) e Raffestin (1993). A respeito da questão de apropriação/territorialização do território do sudeste baseia-se em Silva Palheta (2004) e Coelho (2008).

4 O TERRITÓRIO, O PODER E O REIVINDICADO CARAJÁS

4. 1 Território: além de um conceito geográfico.

Enquanto ciência, a Geografia tem o espaço geográfico como o seu objeto de estudo. Sendo o território um dos elementos de sua composição, esse é uma categoria de análise baseada em fenômenos sociais. Com isso, parte-se da discussão de que ele surge

através de relações de poder social, o qual se tem: a sociedade, a economia e a política que se entrelaçam e dão sentido ao território e a territorialidade.

Então, os elementos são centrais para dar sentido ao território, pois a organização territorial é revelada pelos pontos ou as nodosidades territoriais (marcos). Nesses conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer tratem de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes (RAFFESTIN, 1993).

Seguindo o pensamento de Raffestin (1993) o sistema territorial é constituído por tessituras: (superfície, a área superficial; pontos: nós, cidades, núcleos rurais; linhas: redes, estradas, redes de comunicações e transportes). E nesse pensamento, O Estado produz o território, o cidadão comum produz o território. Todos estão envolvidos na produção territorial.

Com isso, estabeleceu-se que o panorama criado em torno do território é uma produção de todos que dele fazem parte, não importando se é o Estado. Podendo ser uma empresa, um indivíduo ou uma comunidade ribeirinha, porque todos somos sujeitos formadores de sua imagem, pois há uma interligação entre os elementos que constroem a sua estrutura, ou seja, sua produção é interdimensional.

Por conseguinte, entende-se conforme Raffestin (1993), que o território é o produto dos sujeitos sociais, onde se manifestam todas as espécies de relações de poder, traduzidos por malhas, redes, e centralidades. Cujas permanências são variáveis, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias, ou seja, exprimem as diversas relações que podem estabelecer ideias ou fatos.

No território os sujeitos sociais constroem suas ações, manifestadas em determinados limites, que a princípio podem ser identificados pelo conjunto dos fatores que dão sentido à vida em sociedade e no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993).

A ideia de limite que aqui se associa ao território não é a do Estado, como a de controle e delimitação de área. É a delimitação marcada pelo uso do território, em que se imprimiu as marcas da sociedade, promovido pela cultura (identidade), a política e economia, trata-se do território usado.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. [...]. O território é o fundamento do trabalho, lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise e disciplinas históricas, como a geografia. É o território que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2007, p. 14).

Então, o território não é um simples conceito generalizado construído por observações, a ser explicado pela Geografia, vai além, é categoria de análise porque explica os fenômenos concretos construídos por e a partir das relações humanas.

Quando se analisa o território como categoria de análise, mostra-se que há ainda uma complexidade a ser entendida, além do poder do Estado, pois há também relações de poder realizado pelos sujeitos sociais que interferem no jogo político, econômico e social nas escalas do território.

Segundo Andrade (2004) no Brasil são três as escalas do território: a local, a regional e nacional. A segunda tem a ver com os estados federados, e, com as questões de redivisões territoriais conforme as relações de poder, disputa pelo poder que se inicia no local, seguem-se para o regional e reflete na terceira escala, a nacional.

Com isso, entende-se que a ideia de redivisão territorial no estado do Pará é o resultado das relações de poder no território, que refletiu primeiro na estrutura de poder local (municípios), depois regional (estado do Pará). Caso fosse/for criado na esfera nacional, atingirá a estrutura de poder político no Congresso Nacional, nos cargos de deputados, senadores e demais da esfera federal e consigo, gastos públicos para manter a máquina pública.

4.2 Poder: definição e rebeldia

Raffestin (1993, p. 51) “escreveu que poder é uma palavra rebelde a qualquer definição, porque consistem em atos, decisões e má reputação”. Por conseguinte, analisar o poder passa por diversas situações, dentre elas saber onde ele nasce e o seu significado.

Se sabe que o poder surgiu com as relações dos seres humanos antes do nascimento do Estado e, é contínua sua presença, como as disputas de poder político no território, seja local, regional ou nacional.

Classicamente a ideia de poder é a de impor a sua vontade mesmo que contra a vontade dos outros. Essa forma de poder é frágil porque ela se remete a um pequeno grupo. Esse poder se impõe pela relação de dominação: dominação conforme os costumes; dominação racional-legal, baseado na crença de que é correto obedecer à lei, dominação carismática; caracterizada pelas qualidades excepcionais políticas e dons extraordinários do líder político (WEBER, 1989).

Portanto, a ideia de poder atrelada a dominação política é um conceito da Ciência Política, nisso pressupõe-se que a atividade política busca o poder. Aqui está à confusão, o poder nasceu da política?

Poder e o Estado. O que são ambos?

[...] o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. Este último nasceu muito cedo, com a história que contribuiu para fazer. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. [...] há o “Poder” e o “poder” [...] o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável (RAFFESTIN, 1993, p.52).

Em consonância, o poder com letra maiúscula nasce com o Estado, o com letra minúscula é antecessor ao Estado. No que tange ao P maiúsculo, esse surge com a ideia de dominação. Com isso é um poder que impõe regras, dita a ordem entre os homens. O p minúsculo decorria do confronto de forças entre os indivíduos, foi necessário o P maiúsculo para equilibrar, regradar os confrontos de disputa pelo poder entre os indivíduos nos territórios.

Com isso, nos lugares ocorrem as mais variadas formas de relações, originando diversos acontecimentos, que emergem poder no território. Raffestin (1993, p. 52) escreveu que “é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização”. Então, o poder originário das relações, combina energia e força, a coercitividade, a influência, persuasão, a legitimidade, e se estabelecem através dos símbolos do poder.

Em virtude disso o poder está ligado à relação, é intimamente revelador que há manipulação dos fluxos como fio condutor do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 54). Quer dizer a combinação (acumulação, circulação e formação) entre elementos, que juntos manipulam e designam o poder (político, econômico, social).

Ademais o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas Raffetins (1993, p. 58). A população, o território e os recursos são os trunfos do poder. A população é a responsável por iniciar as mudanças no espaço e por proporcionar as relações de poder no território.

Desse modo, o poder político é baseado no cargo, na força de persuadir, convencer, de ser aceito. O poder econômico se sustenta na força da sobrevivência social. O social é a força populacional que ampara quem está à frente das decisões

políticas e econômicas, pois se identifica com o trabalho produzido no território e participa da vida política, dando aval a quem foi escolhido para promover a gerenciamnto territorial.

Com o aval dado pela sociedade para o exercício do poder, considera-se que o poder seja simbólico, uma figura abstrata representativa de certos elementos que surgem nas relações sociais e que por ventura, podem ser aceitos (legitimados), portanto, frágil, por necessitar da aceitação da população. Com isso:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformadora, que quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações de força e dos modelos cibernéticos que descrevem as relações sociais de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir sem dispêndio aparente de energia (BOURDIE, 1998, p. 15).

A simbologia do poder é sustentada pelas relações inerentes à economia (recursos) e a política (cargos políticos), pois deixam os cidadãos dependentes dos que tem esses elementos como representação de poder territorial. Dessa forma, não é difícil encontrar no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, indivíduos que, como no exemplo têm recursos e cargo políticos, é a associação perfeita para a demonstração de poder e ser aceito pela sociedade.

Em outras palavras o território é o cenário das disputas pelo poder. Cada grupo tem o seu interesse, o lado que se sobressair tende a se impor, o interesse pode ser político e econômico [...] A relação é um adjetivo a ser analisado sempre, para se entender o poder (Palheta da Silva, 2009).

As relações mostram como se sustenta o poder, já dito que se trata de um poder simbólico, e, os símbolos são frágeis, porque necessitam de apoio (político, econômico e social) para serem mantidos, precisam ser legitimados. Quando as estruturas que mantém o poder se arruínam, cai o poder, nisso a sua fragilidade fica evidente.

Em virtude disso, a partir das dimensões políticas e econômicas do poder se constituem no território outras relações, que contribuem para sustentar as suas características, sendo elas: as dimensões sociais, resultantes dos poderes econômicos e políticos praticados no território.

Segundo Raffestin (1993, p. 60) “Por sua ação, organização [...] o poder absoluto, tende a se interessar apenas pelos símbolos dos trunfos. O ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos”. Concorde-se com o autor e acrescenta-se que os símbolos são representações do real, não sendo concreto, sendo importante ter os trunfos enquanto aliados.

Entre os trunfos do poder tem-se a população, é ela que legitima o poder. Sousa (2005) escreveu que o poder para existir necessita de legitimidade, quando isso acontece, é validado pela sociedade que faz parte do território.

Além disso, o poder não é concentrado, não nasce e se origina em um mesmo ponto, não está em um só campo, mas em vários, é isso que a torna multidimensional, e possível de ser integrador, essa integração necessita que os trunfos (população, território, recursos) estejam alinhados, os quais marcam a territorialidade.

Em se tratando do reivindicado estado do Carajás, sua criação seria a validação do poder exercido no território pela oligarquia política/econômica formada desde a década de 1970, para isso necessita de legitimidade popular.

4.3 Carajás: territorialização do território

Desde a década de 1970 a região sudeste do estado do Pará vem passando por mudanças, resultante do processo de ocupação da Amazônia Oriental, incentivada pelo Estado brasileiro, através das políticas públicas de desenvolvimento econômico e que culminou com a territorialidade atual.

Por conseguinte, [...] “a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional, sociedade — espaço — tempo em vias de atingir a maior autonomia do possível, com recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Associa-se esse processo territorial diante da conjuntura política, econômica e social no sudeste do estado do Pará, onde há a reivindicação da criação do estado do Carajás. Pois, houve apropriação do território, relações de poder, resultante da territorialidade exercida desde as políticas econômicas do Estado e que projetou uma sociedade que mira a um território comum, através do estado do Carajás na área de Carajás.

E o que é o Carajás e o estado do Carajás?

Carajás é o nome da maior reserva mineral existente no mundo, nomeia o reivindicado estado do Carajás, ideia discutida desde o final da década de 1980, com a abertura democrática brasileira. Com efeito, se iniciou os debates na maior cidade da região — Marabá.

Conforme a Comissão Brandão (2011), entre os dias 14 e 15 de fevereiro de 1989, ocorreu o I Encontro dos presidentes de Câmaras Municipais do sudeste do Pará, articulado pelo vereador Miguel Gomes Filho (PDT). Desde então, o assunto, é parte das reivindicações de moradores, empresários e políticos do sudeste paraense.

A cidade de Marabá é a mais importante do sudeste do Pará, sua notabilidade vem de longa data, desde antes das políticas públicas de desenvolvimento econômico, implantado pelo Estado na Amazônia Oriental. Quando a economia era baseada na exploração de castanha do Pará, e que havia uma oligarquia detentora do poder político e econômico local.

Conforme Palheta da Silva (2004) e Coelho (2008) a implantação da Companhia Vale do Rio Doce modificou as dimensões do poder em Marabá o principal município da região. A chegada dessa empresa e de outros empreendimentos ligados a ela, bem como a agropecuária trouxeram uma leva de imigrantes, que ao passo do tempo, disputaram a hegemonia política e econômica com a oligarquia local.

Então, as novas dimensões do poder instalados na região sudeste paraense apontado nos trabalhos de Palheta da Silva (2004) e Coelho (2008) contribuem com as análises quanto à criação do Carajás, porque o panorama dos dias atuais remete a se entender que há um arranjo de poder diferente do que existia antes da década de 1970, e, que um novo estado seria/será o aporte para a manutenção/expansão do poder no território.

Entende-se que um dos resultados da apropriação do espaço na região sudeste paraense, conforme Palheta da Silva (2004) é que, desde a fragmentação ocorrida no município de Marabá, originaram-se outros, inclusive Parauapebas, na área em que está à jazida de Carajás. Assim, contribuiu-se para a territorialização do sudeste paraense e fortaleceu-se a ideia redivisionista.

Portanto, a lógica das políticas territoriais na Amazônia construiu o território a partir da ideologia capitalista. Além da contradição, com desgaste a condição social, ganhos aos investidores e malefícios a sociedade tradicional e aos imigrantes desprovidos de recursos.

Acrescentando-se que surgiu uma estrutura de poder para os donos do capital e para os que se capitalizaram no sudeste paraense. Com isso tiveram simbolicamente poder. E a maior parte a população? Essa não possui simbolicamente poder (político e econômico). Ela tem forte influência, pelo quantitativo populacional, que na essência é um trunfo das relações de poder no território, por isso é necessário ter como aliado.

Diante das questões sobre as relações de poder no sudeste paraense, a quem interessa a criação do estado do Carajás? Os argumentos incluem “pontos como: político-administrativo, econômico, cultural”, conforme Cavalcante (2005, p. 140) esses foram parte dos argumentos para a criação do estado do Tocantins.

Segundo o presidente da Comissão Brandão, José Soares de Moura Silva (2011) as reivindicações pela criação do Carajás têm a ver com “a cultura enraizada no sudeste paraense, além de que a imensidão do estado do Pará dificulta o gerenciamento do estado, e, a representatividade política seria melhor, o que para ele não ocorre atualmente”.

Desse modo, aspectos políticos e demográficos têm influências significativas favoráveis ao aparecimento dessa categoria de reivindicação. Assim, os aspectos políticos variam desde aqueles com maior enraizamento social, como as aspirações de maior representatividade regional das populações locais com identidades que não mais se associam ao do estado original, até os que respondem mais especificamente a interesses de grupos de interesses econômicos e mesmo a estratégias políticas de partidos e parlamentares.

Com isso, um dos aspectos que é de suma importância para se angariar apoio frente à criação de novos estados em territórios específicos é a adesão da população, haja vista ser ela que faz frente ao “poder com letra minúscula”. Sendo assim, o discurso da construção da identidade para persuadir a sociedade é parte importante.

Essa persuasão passa pela construção da identidade regional, cujo objetivo é obter apoio popular frente às reivindicações redivisionistas da elite política que almeja a criação de novos estados, neste sentido concordamos com Morais (2002) que “a oligarquia regional forja a identidade regional para conseguir apoio dos eleitores”.

Assim como ocorreu no plebiscito de 2011.

A construção das identidades regionais é uma manifestação plena daquele campo cultural que se está denominando de ideologias geográficas. O estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidades de

interesses, veiculando uma ilusão de identidade regional. [...] Uma mentalidade corporativa de base espacial acaba sendo gerado, um corporativismo regional bastante eficaz na política brasileira. (MORAES, p. 101, 2002).

Com essa premissa, as questões que se referem aos aspectos políticos tornam-se possíveis em regiões como o sudeste do Pará, desde que haja uma população significativa. Assim, há o empenho de sujeitos sociais com o interesse de se sustentarem no poder político e econômico, baseado em uma base de apoio social, amparado por uma identidade criada, que referencia os costumes regionais.

Segundo o (IPEA, p. 05, 2011) no “Estado do Pará, nas últimas décadas, houve intensa migração de grupos não paraenses, portadores de valores, culturas, tradições e linguagens próprias, diferentes das populações tradicionais que nasceram e habitavam a região”. Houve uma apropriação do território, com características diferentes do que havia antes das políticas desenvolvimentistas, tendo sido gerado uma identidade própria na região sudeste paraense, como afirma a autora a seguir.

O sul e o sudeste do Pará [...] foi constituído pelas diferenças regionais presente na sociedade brasileira. Os [39] municípios que compõe a região do novo Estado é resultado da migração de indivíduos oriundos de todas as regiões: Sul, Sudeste, Centro-oeste, Norte e Nordeste. [...], ou seja, uma nova identidade (FEITOSA, 2011, p. 17).

Nessa linha de pensamento entende-se que se está forjando a identidade carajaense, amparada pelo discurso da identidade construída, oriundas dos traços dos migrantes das outras regiões do país, que para o sudeste do Pará se dirigiram.

Com isso, mostra-se que existe a identidade regional, reconstruída a partir das relações de poder, o que se pressupõe um novo território segundo os argumentos dos reivindicadores.

No que se refere à identidade carajaense pode se afirmar que:

[...] esses valores servem à fragmentação da organização popular. As identidades restritas obstaculizam a soldagem dos interesses políticos dos dominados, em escalas maiores. O regionalismo é, assim, um grande instrumento de separação e de diferenciação. Observa-se que a identidade pelo espaço, ao mesmo tempo em que cimenta concepções nacionais ao nível das classes dominantes, atua na dispersão dos dominados, em seu seccionamento no território. Para as elites, o nacional como horizonte geográfico, para as classes populares, o local ou no máximo o regional como perspectiva de espacialização. Portanto, a concepção do território unindo ou dividindo os sujeitos políticos (MORAES, 2002, p. 101).

Logo a construção da identidade contribui para haver o apoio popular, pois alicerça a contestação, cria-se o regionalismo, contempla diferenças culturais que

somados as dificuldades sociais e econômicas vividas pela sociedade, tornam-se trunfos para uma reivindicação de redivisão territorial.

Além disso, quando distorções se encontram em áreas de crescimento econômico recente, que demandam melhorias na infraestrutura e nos serviços sociais, as condições tornam-se motivações para o aparecimento de pressões emancipacionistas.

Em relação aos problemas sociais e econômicos da região sudeste paraense, o ex-deputado federal Asdrúbal Bentes (PMDB) em 2007, ao discursar na Câmara dos Deputados disse: — “A imensidão territorial do Pará dificulta o gerenciamento das riquezas e impõe empecilhos aos habitantes, pois o distanciamento geográfico do governo prejudica o acesso a serviços públicos básicos como educação, saúde e segurança”.

Na defesa do Carajás os discursos são alinhados, de políticos a membros da Comissão Brandão, bem como empresários que argumentam ser a ausência do poder público, agravado pela imensidão do Pará que maximizam os problemas de ordem socioeconômicas encontradas na área do pretendido estado.

No caso em regiões em que o Estado pode estar sendo ausente, que não contempla a sociedade com desenvolvimento econômico e social, contribui para as ideias divisionistas se fortalecerem, podendo assim, obter apoio popular por conta das fraquezas sociais e estruturais.

O apoio popular é de suma importância nas ideias redivisionistas, haja vista ser ela um dos pilares de sustentação do território. Salienta-se que a identidade é essencial, pois traz a ideia de pertencimento. “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (MILTON SANTOS, 2007, p. 14).

Além disso, as ideias redivisionistas refletem as relações de poder existente, tanto por conta daqueles que fazem parte do governo, intelectuais, políticos, a sociedade em geral que desejam autonomia territorial.

Sendo assim, Raffestin (1993) afirma que uma relação pode privilegiar um dos trunfos: a população, o território ou os recursos. De fato, eles sempre são mobilizados simultaneamente, em diversos graus. A luta pela aquisição de um pedaço de território é também pelo que ele contém de população e/ou de recursos.

Então, motivações de reivindicações divisionistas possuem diversos aspectos e distintos níveis de legitimidade. Em geral, a centralização política e de recursos públicos

na capital do estado e adjacências são fatores com grande força para impulsionar tais ações.

Esses movimentos autonomistas são justificados por seus defensores pelo fato de se considerarem desprezados pelos governos estaduais e serem discriminados na distribuição de verbas, na construção de obras e na prestação de serviços, em comparação com outras áreas. Muitas vezes estas reivindicações são levantadas por políticos ligados às oligarquias locais, sem maiores comprometimentos das populações, mas outras vezes elas são a repercussão de uma vontade popular. A princípio o fato era provocado, em parte, pela dificuldade de comunicação com as capitais, mas hoje, quando a rede de transporte e comunicações superou este problema, as reivindicações se baseiam em outras necessidades e se tornam agudas em certas áreas, enquanto esmorecem ou se atenuam em outras. Daí a diversificação de atitudes dos representantes dos vários estados na Assembleia Constituinte (ANDRADE, 1989, p.70).

Desse modo, de acordo com Andrade (1997) alguns estados de grandes dimensões sempre tiveram sua população concentrada na capital, assim, as outras áreas não desenvolveram seu poder econômico e político. O que não favoreceu haver manifestações por autonomia, permanecendo áreas territoriais extensas.

Portanto, enquanto o estado do Pará, com grande dimensão territorial foi ocupado em suas extremidades, relações de poder foram se apresentando no território, e com isso, ideias divisionistas.

5 CONCLUSÕES

Entende-se que o território nasceu com as relações de poder dos indivíduos que territorializaram o espaço. Adiante surgiu o Estado e o seu processo territorial, com a ideia de delimitação, e a imposição de poder.

Com o tempo o território teve novas conotações, passou-se a identificá-lo desde seu processo de apropriação, inserindo questões como a cultura, a economia e as movimentações políticas.

Desse modo, o território que aqui se menciona é o usado, construído pelo trabalho, e que está em constante processo de readequação para abrigar as necessidades construídas pelos homens e promove relações de poder.

Em vista disso, o poder é assunto de importância para a ideia de noção do território, que se considera o usado, inserindo-se nele a cultura, a políticas, esses elementos norteiam a identidade do território.

Portanto, no processo territorial, a construção do território é influenciada não só pelas relações de poder local, regional e nacional, superaram-se as fronteiras.

Então, quando se analisa o processo de criação do Tocantins, baseado nos escritos de Espírito Santo (2003) a reivindicação do Carajás se assemelham. Em ambos, um grupo político reivindica o território, em que um novo estado pode sustentar a base do poder construído no processo de territorialização e que a identidade é um dos argumentos para a divisão territorial.

No caso do Carajás, a sua constituição abarcará todos os invólucros que o território pode apresentar (tessituras, nós, redes), esses elementos apresentados por Raffestin (1993), seriam geridos pela oligarquia política econômica estabelecida desde a década de 1970. Além disso, caso o Carajás seja criado alterará a configuração do território nacional, em particular no estado do Pará, podendo modificar a divisão do poder político no cenário nacional.

Além disso, contribuir para a discussão sobre o território é ampliar o entendimento de todo o invólucro inserido, em que o poder é parte importante construído a partir das relações estabelecidas no território. Desse modo, mostra que reivindicações territoriais é o resultado do conjunto das relações de poder como no caso do reivindicado Carajás.

Finaliza-se com a ideia de que o território de Carajás está marcado, o resultado do plebiscito de 2011 não findou a ideia de criação do estado do Carajás, está ocorrendo uma descontinuidade do discurso autonomista. Com o tempo aparecerão figuras políticas que se associarão a população local a partir da área de influência de Marabá, a empresários e possivelmente continuarão a reivindicação do novo estado, denotando as questões que envolvem a territorialidade e as que disputas pelo poder no território.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e Descaminhos da Geografia Brasileira**. Campinas: Papirus, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1998.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. UCG, 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes. **A CVRD e a (re) estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará)**. (Org.) Iná Elias de Castro. In: Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: 5ª ed. Bertrand, 2008, p. 245-281.

COSTA, Célio. **Assimetrias Regionais no Brasil: Fundamentos para a criação do Estado do Carajás**. S/ed. Belém: 2010, 650 p. Disponível em: http://www.deputadogiovanniqueiroz.com.br/arquivos_corel/Assimetrias_Regionais_no_Brasil.pdf. Acesso em 12 de fev. 2021.

ESTADO DE CARAJÁS 77. **Entrevista: José Soares de Moura e Silva**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=onGg1pJV6-A>. Acesso em: 10 de jun. 2021

ESTADO DO PARÁ. **Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará**. Retrato da Divisão do Estado. 2011. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **A construção da identidade do Estado do Carajás**. Marabá: Revista Expressão, ano 07, v. 12, out/nov., 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Divisões estaduais: Aspectos relevantes de pesquisa e experiência de plebiscito no Pará**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111220_comunicadoipea125.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

MORAES. Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. **Poder, governo e território em Carajás**. [s.n.], 198 f.: il., graf. Tese (Doutorado em Geografia) — Presidente Prudente: UNESP, 2004. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/04/joao_palheta.pdf. Acesso em: 5 maio de 2021.

PALHETA DA SILVA. João Márcio. **Poder, governo e território na sociedade contemporânea**. In: Série estudos e ensaios. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=poder-governo-e-territorio-na-sociedade-contemporanea>. Acesso em: 1 de jun. de 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Pulo: Contexto, 1993.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.) Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: 4.ª edição, Hucitec/Anpur, 1998, p. 15. 20.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton & BECKER, Berta K (Org.). Territórios, território: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3.ª ed. — Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 13-21.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. 11.ª ed. — Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** *In:* Conceitos Geográficos e Temas. CASTO, Iná Elias de., *et al.* (Org.). 7.^a ed. — Rio de Janeiro: Bertrand, 2005, p. 76-115.

SIQUEIRA, Carol. **Discurso de defesa do Carajás: Deputado federal Asdrúbal Bentes.** *In:* Comissão aprova plebiscitos sobre criação de estados na área do PA. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/139022-comissao-aprova-plebiscitos-sobrecriacao-de-estados-na-area-do-pa/#:~:text=%E2%80%9CA%20imensid%C3%A3o%20territorial%20do%20Par%C3%A1,%2C%20entre%20outros%E2%80%9D%2C%20argumentou>. Acesso em: 12 jul. 2021.